



Educação Unisinos

E-ISSN: 2177-6210

revistaeduc@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Barreira, Luiz Carlos

Educação popular em Portugal: professores em defesa das Escolas Primárias Superiores
(Porto, 1925)

Educação Unisinos, vol. 20, núm. 2, mayo-agosto, 2016, pp. 155-165

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=449646791003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Educação popular em Portugal: professores em defesa das Escolas Primárias Superiores (Porto, 1925)

Popular education in Portugal: Teachers in defense of Higher Primary Schools (Porto, 1925)

Luiz Carlos Barreira¹
Universidade Católica de Santos
luizcarlosbarreira@gmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta resultados de investigação histórica sobre a atuação organizada de professores no apagar das luzes da Primeira República portuguesa. Orientado pelas reflexões de Norberto Bobbio sobre os intelectuais e o poder, destaca a atuação de um grupo de professores que protagonizou mudanças curriculares significativas na história das escolas primárias superiores, então existentes em Portugal. Organizados em torno de um grêmio – Grêmio dos Professores de Escolas Primárias Superiores, cujo órgão oficial intitulava-se *O Ensino do Povo* –, tais professores promoveram uma campanha em defesa das escolas em que lecionavam, em resposta às críticas e ameaças de extinção que pairavam sobre elas. Uma vez concluída a investigação, foi possível afirmar que a atuação organizada desses professores possibilitou a promoção de reformas do ensino, por assim dizer, “de baixo para cima”.

Palavras-chave: intelectuais, educação popular, Primeira República Portuguesa.

Abstract: This paper presents results of a historical research on organized action of teachers at the very end of the First Portuguese Republic. Guided by Norberto Bobbio's reflections on intellectuals and power, this paper highlights the work of teachers who starred in significant changes in the history of the curriculum of higher primary schools existing then in Portugal. Organized around a guild – Guild of Teachers of Higher Primary Schools, whose official organ was entitled *O Ensino do Povo* –, such teachers promoted a campaign in defense of the schools where they were teaching, in response to criticism and threats of extinction that hovered over them. Once completed the investigation, it was possible to say that the organized work of these teachers allowed for the promotion of education reforms, so to speak, “from bottom to up”.

Keywords: intellectuals, popular education, First Portuguese Republic.

¹ Universidade Católica de Santos. Av. Conselheiro Nébias, 300, 11015-002, Santos, SP, Brasil.

Este trabalho focaliza a atuação de intelectuais no campo da educação escolar, em Portugal, nos momentos finais da Primeira República. Destaca a atuação de professores que protagonizaram mudanças, as quais marcaram a história da educação popular naquele país, notadamente a das escolas primárias superiores. Tais instituições – criadas em 1911, mas apenas instaladas em 1919 – foram extintas em 30 de junho de 1926, em meio às mudanças políticas decorrentes do golpe militar ocorrido em 28 de maio daquele mesmo ano.

Cerca de dois anos antes da extinção dessas escolas, a então recém-eleita Diretoria do Grêmio dos Professores de Escolas Primárias Superiores² – fundado com o objetivo de defender os interesses desse grau de ensino e com sede na cidade do Porto – criou um jornal (*O Ensino do Povo*, 1925) para dar visibilidade às mudanças curriculares promovidas em algumas delas, em resposta às críticas e ameaças de extinção que pairavam sobre elas, seja por não atraírem alunos em número suficiente que justificasse os recursos humanos e financeiros a elas destinados, seja por não contarem, em seus quadros, com profissionais habilitados ao desempenho das funções relacionadas à formação técnica do seu alunado, permanecendo, assim, limitadas a uma formação apenas geral.

O jornal, *O Ensino do Povo*, tinha por objetivo formar uma rede de professores-leitores em defesa das escolas primárias superiores. Duas seções permanentes compunham a sua estrutura básica: uma essencialmente doutrinária e, a outra, francamente de combate. Por meio da primeira, o jornal objetivava a construção do consenso em torno do ensino primário superior – tomado como o mais francamente popular – e a fixação da convicção da sua necessidade. Por meio da segunda, denunciava sujeitos e práticas contrários à existência, expansão e consolidação do ensino primário superior em Portugal. Assim procedendo, os professores que estavam à frente do Grêmio e do seu órgão oficial atuavam como *men of ideas* (Bobbio, 1997), não pelo trabalho intelectual que realizavam, como professores, mas por desempenharem uma função propriamente intelectual, ou seja, a de escritores, dirigentes e organizadores da cultura escolar em questão. *Men of ideas* que intentavam organizar e dirigir parte de uma categoria profissional, com vistas à defesa dos interesses, sempre supostos, da mesma, que intentavam, ainda, associar tais interesses aos interesses das classes populares portuguesas daquele período, atrelando a defesa das escolas primárias superiores à defesa da educação escolar popular. *Men of ideas* que fizeram da escrita sua principal arma de luta, como não poderia deixar de ser, de acordo com as considerações feitas por Norberto Bobbio sobre o tema.

Os ensaios de Bobbio sobre o papel do intelectual na vida pública e sua relação com o poder são os que melhor explicitam a compreensão e o uso que aqui fazemos do conceito de intelectual. Para Bobbio (1997, p. 109-139), os intelectuais (substantivo) e os que exercem um trabalho intelectual (adjetivo) não coincidem e os problemas que dizem respeito a essas duas categorias são profundamente diversos. Nem todos os que desenvolvem trabalho não manual são intelectuais. O núcleo estruturante do conceito de intelectual aqui considerado privilegia a função que o sujeito executa, e não o tipo de trabalho executado (intelectual, ou braçal); privilegia sujeitos que não são apenas portadores de ideias, mas que põem tais ideias em prática (pensamento + ação); não se restringe aos *maîtres penseurs* (os “grande intelectuais”), mas contempla, também, os “pequenos” e até os medíocres; compreende tanto os “intelectuais-filósofos” (os que fornecem princípios-guia) quanto os “intelectuais-técnicos” (os que fornecem conhecimentos-meio). Esses são alguns dos principais componentes presentes na formulação de Bobbio sobre o conceito de intelectual. O próprio autor adverte-nos, entretanto, sobre o caráter precário e provisório dos conceitos, posto ser “a realidade social [...] mais complicada do que as categorias que empregamos para dominá-la mentalmente” (Bobbio, 1997, p. 119). Sem perder de vista a historicidade das práticas sociais, afirma que, com a invenção da imprensa, “a figura típica do intelectual passa a ser o escritor, o autor de livros, de libelos, e depois de artigos para revistas e jornais, de volantes, de manifestos, de cartas públicas, ao qual corresponde a contrafigura do escrevinhador [*pennivendolo*] ou do escrevedor [*pennaiolo*]” (Bobbio, 1997, p. 120). O advento do rádio e da televisão alarga o espaço e a influência da palavra dita, mas não diminui, segundo Bobbio, o espaço e a influência da palavra escrita. Para ele,

[...] a característica principal da moderna camada dos intelectuais está associada à formação de uma sempre mais válida opinião pública por intermédio da imprensa, tanto que o fenômeno da opinião pública e o fenômeno da camada dos intelectuais no sentido moderno da palavra nascem simultaneamente, e a acrescida influência destes avalia-se habitualmente pela formação de um público sempre mais amplo em condições de exprimir e fazer valer a própria opinião (Bobbio, 1997, p. 121).

Às reflexões de Bobbio sobre os intelectuais na modernidade (capitalista) somam-se as das historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto acerca da relação entre história e imprensa.

² Doravante referido apenas como “Grêmio”.

Em trabalho recentemente publicado na revista *Projeto História*, as historiadoras, amparando-se nos estudos e investigações de Robert Darnton sobre a imprensa na luta pelo domínio da opinião pública na França revolucionária, afirmam ser preciso pensar a inserção histórica da imprensa como “força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica” (Cruz e Peixoto, 2007, p. 259). De acordo com tal perspectiva, a imprensa deve ser abordada, investigada e estudada como prática social historicamente determinada, e não apenas como fonte de pesquisa. O que implica “em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo das lutas sociais no interior do qual se constitui e atua” (Cruz e Peixoto, 2007, p. 259).

A considerar as reflexões de Bobbio (1997) e as de Cruz e Peixoto (2007) sobre intelectuais e imprensa, pode-se afirmar que, apesar de a prática discursiva dos intelectuais responsáveis pela edição e redação do jornal *O Ensino do Povo* ser fortemente marcada pela defesa da educação popular e pelo atrelamento das escolas primárias superiores a essa educação, tal prática apresenta fortes indícios de uma ação política pautada por interesses materiais, quais sejam, os dos professores que ministravam aulas nessas escolas, principais destinatários das matérias que o jornal fez circular. Reforçar os laços de identidade desses professores e pôr em execução propostas de intervenção no ensino primário superior foram os principais objetivos visados pela Diretoria do Grêmio e por seu órgão oficial, *O Ensino do Povo*.

Inventariar e caracterizar tais propostas de intervenção são os principais objetivos deste trabalho. Especial destaque será dado às visitas que integrantes da Diretoria do Grêmio fizeram às escolas primárias superiores, com o objetivo de dar visibilidade às mudanças em curso em cada uma delas, bem como destacar a qualificação do seu corpo docente e anunciar a frequência do seu novo alunado – os recém-chegados aos cursos noturnos e vespertinos. Tais visitas foram exaustivamente documentadas – recorrendo-se, inclusive, à fotografia – e publicadas no jornal da entidade.

O debate acerca da crise vivida pelas escolas primárias superiores

É prescritivo, o discurso dos intelectuais que estiveram à frente do Grêmio e do jornal *O Ensino do Povo*, pois, frequentemente, avaliam situações, emitem opiniões sobre elas e encaminham propostas que ob-

jetivam interferir nas práticas de gestão e de docência das escolas, cujos interesses julgavam representar. Um discurso, entretanto, fundado, não em impressões, mas em conhecimento da realidade vivida por gestores e professores de tais escolas.

Da reflexão de Bobbio (1997, p. 70) sobre a relação dos intelectuais com o poder, destacamos as seguintes considerações: “[...] ninguém pensa em fazer um discurso programático sem conhecer a realidade dos fatos. Seria um programa insensato. Mas esse conhecimento deve ser mesmo um conhecimento, e não uma coleção de juízos sumários, quase sempre fundados sobre falsas generalizações [...]”. Amparados por essas considerações de Bobbio, entendemos que não foram falaciosas as diretrizes traçadas pelos então dirigentes do Grêmio para a sobrevivência das escolas primárias superiores. Não flanaram apenas pelo “mundo das ideias”, mas incursionaram no terreno das práticas concretas de homens concretos vivendo situações concretas, portanto, históricas. A política que praticaram almejava influenciar as ações daqueles que estavam vivendo o cotidiano das escolas primárias superiores, no apagar das luzes da Primeira República portuguesa.

Nesse período, o discurso do poder que emanava do Estado – aqui considerado consoante as reflexões de Gramsci (1978) – já não era mais o discurso dos tempos que antecederam o início do regime republicano em Portugal, no que diz respeito à educação popular. Naquele momento, a escola primária superior era, por assim dizer, “o carro-chefe” da propaganda republicana. Vale lembrar que, naqueles anos, o analfabetismo de letras era elevadíssimo em Portugal e, consoante a propaganda republicana, incompatível com o grau de desenvolvimento econômico então alcançado pela nação portuguesa.

O que foram e o que deveriam ter sido as escolas primárias secundárias em Portugal, nos primeiros anos da República? Para o equacionamento dessas questões, rastreamos informações sobre tais escolas em fontes bibliográficas e em inúmeros diplomas legislativos (leis, decretos-leis, decretos e portarias).

O jornal *O Ensino do Povo* faz referência a embates políticos e legislativos em torno da questão que evidenciam posições contrárias e a favor da existência das escolas primárias superiores em Portugal. Por essa razão, sentimos a necessidade de inventariar e conhecer todos os diplomas legislativos que foram publicados sobre essas escolas. Os resultados dessa nossa incursão no campo das políticas educacionais na Primeira República portuguesa orientam a análise das práticas políticas dos intelectuais que estiveram à frente do Grêmio, rastreadas no jornal *O Ensino do Povo*, cujos resultados são aqui apresentados.

Foi no primeiro número do jornal *O Ensino do Povo* que encontramos um artigo bastante esclarecedor no que diz respeito às semelhanças e diferenças que marcaram as instituições escolares portuguesas do período, voltadas à educação popular. “Escolas Primárias Superiores: Trabalhos Manuais” é o título desse artigo, cuja autoria é de Álvaro Vieira de Lemos (1925)³. Nele, o autor destaca as particularidades do ensino então praticado nas escolas primárias de ensino geral, assim como nas escolas comerciais, industriais e nas primárias superiores – também denominadas de escolas primárias de primeiro, segundo e terceiro graus, respectivamente. Para esse articulista, o maior mal enfrentando pelas escolas primárias superiores, em Portugal, teria sido a falta de compreensão acerca da missão atribuída a elas. Tomadas, desde o início, como “pequenos liceus”, voltavam-se às profissões liberais, em detrimento de um ensino técnico, considerado necessário ao desenvolvimento da indústria, do comércio, da agricultura e do pequeno funcionalismo.

Ao discorrer sobre as finalidades então atribuídas aos três graus do ensino primário, Lemos (1925, p. 3-4) faz as seguintes ponderações:

(1) A escola primária geral é apenas uma primeira etapa para todos os estudos e, portanto, deficiente como preparação única.

(2) Poucos podem estudar em escolas técnicas especiais ou superiores para completar sua formação profissional.

(3) Para o equilíbrio cultural de uma democracia, uma escola intermediária pode ser a escola primária superior.

(4) As escolas primárias superiores não devem ser instaladas sem as possibilidades de um ensino experimental.

(5) Tanto o preconceito, quanto o tempo e o dispêndio que marcam os antigos cursos técnicos e superiores, têm possibilitado a formação de uma “aristocratização de quem os segue” a aspirar a postos apenas de direção e de mando.

(6) Entretanto, o país precisava “de homens de ação”, que não temessem “sujar as mãos em materiais e ferramentas”, e que soubessem “ser operários inteligentes”, pequenos ou grandes comerciantes e agricultores de iniciativa e progresso, valorizando a sua energia pelas luzes da técnica combinada com a prática.

(7) Grande parte das funções que “naturalmente” competiam às escolas primárias superiores estavam dispersas entre as escolas industriais e as comerciais, mas essas escolas formavam poucos, e era preciso generalizar a formação técnica.

(8) As escolas industriais, assim como as comerciais, devem ser “mais altas, mais técnicas e mais especializadas aos diferentes ramos, a todas as modalidades das [...] atividades industriais e comerciais” que o momento histórico estaria a demandar, não apenas a Portugal, mas também no ultramar.

(9) Nesse quadro, as partes gerais e preparatórias dessa “alta formação técnica” deveriam caber às escolas primárias secundárias, que precisariam ser espalhadas por cidades e vilas de todo o país e que passassem a oferecer cursos diurnos e noturnos, com autênticos laboratórios e oficinas, onde se pudesse estudar e praticar, não com o propósito de obtenção de um diploma, mas com o desejo de saber e de realizar.

(10) As escolas primárias superiores, assim concebidas, deveriam preparar para a vida, partilhando, assim, dos princípios da escola ativa.

(11) Nelas, os trabalhos manuais precisariam ser executados de maneira diferente daquela observada nas escolas primárias gerais, ou seja, não como ginástica intelectual de demonstração das relações entre teoria e prática, mas de forma oficial, estimulante do trabalho coletivo, de alta precisão e de aplicações científicas à prática útil, mas sem deixar de respeitar a atividade criadora do aluno, dando margem, assim, à iniciativa e ao desenvolvimento integral do aluno.

Álvaro Viana de Lemos propõe, portanto, a redefinição das finalidades e a reestruturação do currículo e das práticas pedagógicas em curso, não apenas nas escolas primárias superiores, mas também nas demais. Consoante tal proposta, essa nova escola primária superior deveria ocupar um espaço intermediário entre, de um lado, a escola primária geral, e, de outro, as escolas industriais e comerciais. Uma escola que fosse capaz de “descongestionar [...] a sociedade de teóricos diplomados, de enfatuados e improdutivos consumidores, dando lugar ao funcionalismo idóneo e ao triunfo dos sãos elementos de produção e reconstrução [...]” (Lemos, 1925, p. 5). As propostas de intervenção apresentadas pelos dirigentes do Grêmio, bem como pelo jornal *O Ensino do Povo* apontaram, entretanto, para outra direção.

Um programa de ação pela sobrevivência das escolas primárias superiores

Um programa de ação pela sobrevivência das escolas primárias superiores em Portugal é apresentado a todos

³ “Álvaro Viana de Lemos foi um grande educador português, que se dedicou à Escola Normal de Coimbra de 1919 a 1934. Lemos desempenhou várias funções em Coimbra, e uma delas foi ser colaborador da revista *Os Novos*. Foi também um importante educador que trabalhou na divulgação do movimento da educação nova em Portugal” (Serra, 2010, p. 79).

os diretores e professores dessas escolas no primeiro número do jornal *O Ensino do Povo*. Tal plano, concebido e elaborado pela então Diretoria do Grêmio, propunha a efetiva implantação de cursos noturnos e vespertinos em todas as escolas primárias superiores do país, sem custos adicionais aos cofres públicos. Anexos a cada uma dessas escolas, tais cursos seriam destinados aos trabalhadores das fábricas e dos escritórios, ou a quaisquer outras pessoas interessadas em receber “conhecimentos úteis e práticos”. Esse programa de ação visava combater uma das duas principais críticas então feitas às escolas primárias superiores, qual seja, a da “calaceirice [vadiagem] dos seus professores”⁴ (Coque, 1925a, p. 2). A justificativa dada para que esses cursos fossem oferecidos no período noturno foi a seguinte: “Se as E.P.S. foram criadas para os filhos das classes pobres, como não-de-êles frequentá-las de dia se tem de moirer o pão que comem?” (Cabral, 1925a, p. 6).

Assim procedendo, ou seja, oferecendo cursos gratuitos – noturnos, para os rapazes, e vespertinos, para as moças –, os professores do ensino primário superior, “mesmo abandonados” (pelo Estado), “mesmo desprezados” (por professores que atuavam em outros graus do ensino), “mesmo enxovalhados”, estariam evidenciando sua capacidade de “atrair a si os filhos do Povo, educando-os e instruindo-os” (Coque, 1925a, p. 2).

A publicação de um decreto sobre o assunto, a seguir considerada, pode ser tomada como expressão da correlação de forças políticas entre defensores e detratores do ensino primário superior em Portugal, nos últimos momentos da Primeira República.

Em 17 de junho de 1925, o Diário da República publicou o decreto 10.855, que tornou obrigatório o estabelecimento de cursos noturnos ou vespertinos em todas as escolas primárias superiores que tivessem apenas uma turma de alunos em cada ano, e enquanto em tais escolas não fossem criadas seções técnicas de ensino. Esses cursos deveriam ministrar “ensino prático de reconhecida utilidade” (art. 1º), e os seus planos (horários, programas etc.) deveriam ser organizados pelos respectivos conselhos escolares e encaminhados à Direção Geral do Ensino Primário e Normal do Ministério da Instrução Pública (art. 2º).

Ao abrigo desse decreto, as escolas primárias superiores que até então não houvessem criado cursos noturnos e vespertinos gratuitos, em conformidade com o programa de ação proposto pela Diretoria do Grêmio,

seriam forçadas a isso. O jornal *O Ensino do Povo*, com o objetivo de facilitar o trabalho dos gestores dessas escolas, publicou modelos de propaganda.

A publicação do decreto 10.855 representa, do nosso ponto de vista, uma indiscutível evidência de articulação política dos diretores do Grêmio com os representantes do professorado primário superior no Parlamento português, com vistas à defesa dos interesses da própria categoria. Há fortes indícios dessa articulação nas inúmeras matérias publicadas no jornal *O Ensino do Povo*.

Além da instalação de cursos noturnos e vespertinos, o programa de ação proposto pelo Grêmio contemplou, ainda, outras iniciativas, como a realização de conferências públicas, pois a propaganda desencadeada pelo jornal e pelos editais em defesa das escolas primárias superiores não bastava. Os professores das escolas primárias superiores teriam obrigação de “aparecer em público para orientar a educação do Povo” (Cabral, 1925b, p. 6).

Para a implementação desse seu programa de ação, a diretoria do Grêmio optou pela política do corpo a corpo e começou a visitar as escolas primárias superiores localizadas na Região Norte de Portugal⁵. Sob o título *Peregrinações*, Carlos Coque assina uma série de matérias publicadas em *O Ensino do Povo*, cujo objetivo era registrar e dar visibilidade às práticas escolares em curso nas escolas primárias superiores visitadas. Assim procedendo, esperavam modificar as negativas representações sociais associadas a esse grau de ensino em Portugal.

A política do corpo a corpo: dar visibilidade às escolas primárias superiores bem-sucedidas

Os professores-delegados do Grêmio levavam dois tipos de bagagem nas visitas que fizeram às escolas situadas no Norte do país, a saber: a material e a moral. Na bagagem moral, levavam “muita fé que os iluminava, fazendo-os caminhar, a direito, para o seu ideal, desprezando incômodos, arrelias, sacrifícios” (Coque, 1925b, p. 6). Na material, uma pequena amostra de materiais e recursos didáticos para a montagem de cursos comerciais, tais como: uma pequena bibliografia, um plano para a aprendizagem rápida da escrita à máquina (elaborado por Oliveira Cabral), um motor alemão (Elmo) para trabalhos manuais, e um linguófono (com discos franceses e ingleses) para a aplicação do método Rosenthal no ensino das línguas francesa e inglesa.

⁴ A outra crítica incidia sobre a “enorme despesa que as E. P. S. acarretavam ao Estado”.

⁵ Os delegados do Grêmio, enviados às escolas primárias superiores do Norte de Portugal, foram: Carlos Coque e Oliveira Cabral. Embora não saibamos ao certo quantas escolas desse grau de ensino havia no Norte do país àquela altura, 27 delas foram visitadas por esses delegados (Cf. Cabral, 1925c, p. 6).

Trinta escolas primárias superiores foram citadas no jornal *O Ensino do Povo* pelas mais variadas razões, a saber: pelos cursos noturnos e vespertinos que passaram a oferecer; por terem assinantes do jornal em seus quadros docentes e demais funcionários; por terem publicado os programas dos cursos que ofereciam, ou passariam a oferecer; por moções de repúdio à passividade dos professores das escolas primárias superiores quanto aos interesses da categoria; por terem denunciado diretores que se recusavam a oferecer cursos vespertinos e noturnos nas escolas que dirigiam; entre outras razões. Vinte e sete foram visitadas pelos delegados dos Grêmios, mas apenas oito delas foram matéria de reportagem específica no jornal *O Ensino do Povo*, a saber: a de Vila Nova de Famalicão, a de Viana do Castelo, a dos Arcos de Val-de-Vez, a de Barcelos, a de Vila Real, a de Bragança, a de António Nobre – na cidade do Porto – e a de Penafiel.

As matérias publicadas observam basicamente a mesma estrutura: uma introdução, geralmente enaltecendo as lideranças ou os vultos históricos locais; uma descrição detalhada do edifício onde a escola primária superior estava instalada – salas de aula, laboratórios, gabinetes, ginásios, bibliotecas etc.; a identificação do seu corpo docente, com destaque para a formação e trajetória escolar de cada um deles; informações relativas à frequência dos alunos matriculados no curso noturno e, quando o caso, também no vespertino; registro de exposições dos trabalhos dos alunos; e registro fotográfico do corpo docente e discente, com o objetivo de documentar a visita e, principalmente, de produzir evidências de que as escolas primárias superiores estavam vivas e, sob nova orientação, recebendo muitos alunos.

Todas as escolas visitadas eram consideradas muito bem-sucedidas no campo da educação popular, particularmente depois de terem acatado as orientações expedidas pelo Grêmio. Indubitavelmente, essa estratégia foi bastante eficaz, pois, por meio dela, os diretores do Grêmio fizeram chegar, aos mais longínquos rincões do país, informações sobre o estado das escolas primárias superiores em Portugal e o que poderia ser feito para que elas continuassem a existir e a cumprir, relativamente bem, as finalidades para as quais foram criadas.

A título de ilustração, apresentamos, a seguir, uma síntese das matérias publicadas no jornal *O Ensino do Povo* sobre as visitas que o Grêmio fez às escolas primárias superiores sediadas nas seguintes cidades: Porto, Viana do Castelo, Bragança e Vila Real. Escolhemos essas quatro escolas, porque, além de serem consideradas

modelares pelos dirigentes do Grêmio, representam, do nosso ponto de vista, o ideal de escola primária superior aspirado e acalentado por tais dirigentes. Mas, acima de tudo, porque a composição, a formação e a iniciativa do seu corpo docente, bem como o expressivo número de alunos que a elas afluíram, sobretudo no período noturno, evidenciavam, do ponto de vista dos dirigentes do Grêmio, a inconsistência dos argumentos então utilizados contra as escolas primárias superiores.

Escolas Primária Superior de António Nobre: edifício, mobiliário, materiais didáticos, corpo docente, matrizes curriculares e programas de disciplinas impecáveis

A cidade do Porto é capital do distrito homônimo e está situada na Região Norte e sub-região do Grande Porto. Em 1925, a cidade do Porto possuía uma população residente de 215.625 habitantes⁶. Cidade cosmopolita, terra de poetas, romancistas, artistas, políticos, médicos, advogados, pintores e escultores, entre outras “notabilidades do país” (Coque, 1925c, p. 2). Sua situação geográfica possibilitou e facilitou a expansão e o desenvolvimento do seu comércio e da sua indústria. T tamanha riqueza possibilitou a instalação, na cidade, de duas escolas primárias superiores. Uma delas, a Escola Primária Superior de António Nobre, foi a escolhida pelo Grêmio para ser visitada, por ser considerada como estabelecimento modelar no gênero.

A escola escolhida para a visita estava instalada em um “esplêndido e vasto palacete de três andares, ao meio da rua de Cedofeita”, onde, anteriormente, e por alguns anos, funcionara o liceu feminino de Sampaio Bruno (Coque, 1925c, p. 2). Na avaliação de Coque, o edifício da Escola Primária Superior António Nobre era um dos que melhor poderia satisfazer às necessidades do ensino, o que não ocorria com as escolas primárias superiores visitadas pela delegação de professores do Grêmio, que, em sua maioria, apresentavam precárias condições de instalação.

O mobiliário escolar e o material didático existentes na escola eram igualmente impecáveis. Quadros “de alto valor artístico e artisticamente moldurados” podiam ser vistos em profusão pelas paredes das salas e gabinetes. A biblioteca possuía um rico e considerável acervo. As salas destinadas ao ensino da higiene e ciências eram espaçosas, bem iluminadas e guarnecidas com ricas co-

⁶ Em 2012, a cidade do Porto contava com uma população residente de 103.132 homens e 124.403 mulheres, totalizando 227.535 habitantes (Portugal, 2013, p. 53). Indicadores: taxa de crescimento efetivo: -0,17; taxa de crescimento natural: 0,06; taxa de crescimento migratório: -0,24; taxa bruta de natalidade: 7,7; taxa bruta de mortalidade: 7,1; taxa de fecundidade geral: 29,7 (Portugal, 2013, p. 49).

leções zoológicas e de minerais, algumas consideradas raríssimas. O laboratório de Química possuía todos os aparelhos e instrumentos necessários ao ensino daquela disciplina. O ginásio de esportes estava igualmente equipado para o pleno desenvolvimento das atividades de educação física. A escola também contava com uma sala de música, que ficava isolada da escola, ao fundo de um parque, com piano e mobiliário adequado à educação musical. Por fim, um confortável e luxuosamente mobiliado gabinete de direção completava o conjunto arquitetônico daquele espaço escolar (Coque, 1925c, p. 2).

Tudo, naquela escola-museu, parecia ser de indiscutível beleza e qualidade. Diferentemente do que ocorria com a Escola Primária Superior de Mirandela, abandonada pela Câmara Municipal, a de António Nobre vivia às expensas da Câmara Municipal do Porto, cuja obra, no que diz respeito à instrução popular, era e continuava a ser, na avaliação de Coque (1925c, p. 2), “verdadeiramente assombrosa e patriótica”. Talvez tenha vindo daí a pujança da escola.

O corpo docente da Escola Primária Superior de António Nobre era quase todo ele composto por antigos professores “duramente experimentados nas lides do ensino” (Coque, 1925c, p. 3). Eram, ao todo, quatorze professores: oito homens e seis mulheres. Havia dois religiosos: um ex-seminarista e um teólogo; um bacharel em Medicina; um que havia concluído o curso superior do comércio; dois habilitados em cursos de liceus, um em curso do magistério primário, dois em cursos complementares e cinco em cursos normais – destes, quatro pela Escola Normal do Porto e, outro, pela Escola Normal de Castelo Branco. Alguns deles haviam frequentado cursos superiores diversos, mas sem os concluir (engenharia industrial, por exemplo). Muitos deles já haviam atuado no ensino secundário (liceus) e superior (academias politécnicas); outros, exercido a função de diretor em escolas normais; outros, ainda, lecionado línguas estrangeiras (inglês, francês e alemão). “Imitássemos todos nós êstes [...] professores e sempre queríamos vêr se alguém se atreveria a levantar mãos ameaçadoras para as nossas escolas – uma das mais bem intencionadas e patrióticas obras da República” – pondera Carlos Coque (1925c, p. 3).

À semelhança do que então ocorria na esmagadora maioria das escolas primárias superiores em Portugal, também a frequência dos alunos vinha decrescendo na Escola Primária Superior de António Nobre e estava muito distante, segundo Coque (1925c, p. 3), daquela conseguida pela instituição no início das suas atividades. Em 1919, eram 115 alunos matriculados. Número ultrapassado em 1925, com a abertura do curso noturno. Tal curso começou a funcionar com a frequência de 136

alunos regulares e 30 ouvintes. Números que tenderiam a crescer ainda mais, pois um curso vespertino começaria a funcionar ainda naquele ano.

As matrizes curriculares e os programas das disciplinas do curso noturno e das seções doméstica e comercial do curso feminino, que a Escola Primária Superior de António Nobre passou a oferecer a partir de 1925, foram publicados no número seguinte de *O Ensino do Povo*. As matrizes desses cursos eram as seguintes: (i) curso noturno: Aritmética Prática, Contabilidade e Escrituração Comercial, Caligrafia, Datilografia, Língua Portuguesa, Língua Francesa, Língua Inglesa e Língua Alemã; (ii) seção doméstica do curso feminino: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Trabalhos Femininos, Higiene e Puericultura; (iii) seção comercial do curso feminino: Língua Portuguesa, Língua Francesa, Práticas de Escritório, Aritmética, Contabilidade, Escrituração, Caligrafia e Datilografia (David, 1925, p. 5-7).

Quanto aos programas das disciplinas de ambos os cursos, vale destacar que, em apenas duas delas (Contabilidade e Escrituração Comercial e Datilografia), procurava-se desenvolver um ensino não apenas livresco e enciclopédico, mas, também, prático. Na disciplina Contabilidade e Escrituração Comercial, por exemplo, os alunos (matriculados no curso noturno) e as alunas (matriculadas na seção comercial do curso feminino vespertino) praticavam a escrita nos seguintes livros: Borrador; Diário por Partilhas Mensais; Razão; Diário; Balancetes; Caixas; Entradas e Saídas; Registro de Letras a Receber e a Pagar; Gastos nos Negócios; Faturas; Contas de Venda; Consignações; Custeio de Navios; Contas de Custeio de Navios; Contas Miúdas da Praça; Contas Correntes; Balanços.

Escola Primária Superior de Viana do Castelo: iniciativas do corpo docente em destaque

O relato da visita feita pelos delegados do Grêmio à Escola Primária Superior de Viana do Castelo principia com elogiosas palavras à cidade e à sua população. Logo em seguida, o autor da matéria e chefe da delegação de visitas, Carlos Coque, fazendo menção ao “célebre estilista do século XVII, Frei Luís de Sousa”, tece comentários bastante elogiosos às mulheres do município. Não à toa, pois esse foi o mote, por ele escolhido, para noticiar que as “gentis senhoras” da Escola Primária Superior de Viana do Castelo, “ao ver o brilhante resultado que seus colegas haviam obtido com o curso nocturno, aberto pouco antes, e não querendo ficar inactivas, resolveram abrir também na séde da Escola um curso de Educação Doméstica” (Coque, 1925d, p. 3).

Tal curso teria sido aberto com a expressiva frequência de 60 meninas. Assim procedendo, os editores de *O Ensino do Povo* esperavam que as professoras das demais escolas primárias superiores do país mirassem-se no exemplo das “intrépidas amazonas” de Viana do Castelo. Para finalizar a introdução à matéria, Coque apresentava-nos cada uma das cinco “amazonas” que formavam o grupo, todas elas diplomadas pela Escola Normal, uma delas em Lisboa e, as demais, na cidade do Porto, ao que tudo indica.

Situada no Distrito de Viana do Castelo, Região Norte e sub-região do Minho-Lima, a população da cidade era de, aproximadamente, 50 mil habitantes, na década de 1920⁷.

A escola primária superior fora instalada em um palacete, de propriedade do Estado, muito bem localizado, em frente ao espaçoso largo de D. Fernando. O pavimento inferior desse edifício era todo ele ocupado pelas repartições do Correio. No segundo, funcionavam a Escola de Desenho Industrial e a Escola Primária Superior. O espaço físico desta era assim distribuído: três “amplas e magníficas salas”, a sala do Diretor, uma “rica biblioteca” e uma secretaria. Havia, ainda, um ginásio – não descrito na matéria publicada. Coque não economiza elogios ao edifício: “Pela sua situação, pela sua arquitetura, pela amplidão das suas salas, com um lindo jardim ao longo do edifício, o palacete presta-se admiravelmente a estabelecimento escolar” (Coque, 1925d, p. 3). A fotografia dos alunos do Curso Noturno, tirada de frente ao edifício ocupado por essa escola, não chegou a tempo à Redação do jornal. Carlos Coque até tentou postergar a publicação da matéria referente à visita feita a essa escola, para que a mesma pudesse ser igualmente documentada, como foram as demais, por meio de imagens fotográficas. Tivesse sido, teríamos a oportunidade de contemplar e conferir o suposto esplendor do palacete que abrigou a Escola Primária Superior de Viana do Castelo.

Duas outras particularidades dessa escola são destacadas por Carlos Coque: as festas escolares e a qualidade do corpo docente.

Algumas das festas escolares promovidas pela escola foram realizadas no teatro da cidade, “que foram sempre admiradas e, sem favor, tidas como os melhores espetáculos que no gênero se tem visto em Viana” (Coque, 1925d, p. 3). Em 1921, a escola realizou uma exposição de trabalhos executados por seus alunos, que foi apreciada e elogiada por um dos mais respeitados e distintos

críticos de arte do país, na avaliação de Carlos Coque. Tratava-se de Luís de Oliveira, de quem *O Ensino do Povo* fez publicar as seguintes considerações sobre tal exposição: “Esta Escola tem sido um verdadeiro santuário de exposições de Arte: em 1896, exposição de Arte ornamental; em 1915, exposição de cerâmica; e, em 1921, a de trabalhos artísticos dos alunos” (Oliveira in Coque, 1925d, p. 4). Salta aos olhos, nesse pequeno excerto da avaliação que Luís de Oliveira nos faz das exposições realizadas pela Escola Primária Superior de Viana do Castelo, duas evidências, a saber: antes mesmo de proclamada a República, tal escola já promovia exposições de trabalhos executados por alunos (em 1896); a exposição em questão foi realizada (em 1921) bem antes de a campanha em defesa das escolas primárias superiores ser deflagrada pelo Grêmio dos Professores de escolas primárias superiores.

Como já anunciado anteriormente, a segunda particularidade diz respeito à excelência do corpo docente da escola de Viana do Castelo. Além das “distintas amazonas”, cujo trabalho nessa instituição abre, por assim dizer, a matéria publicada no jornal, os representantes do sexo masculino constituem um grupo à parte. Numericamente pouco significativo, pois apenas quatro professores compõem o conjunto: um egresso da Escola Normal do Porto; outro, da Escola Normal da Guarda⁸; um terceiro, habilitado pela Universidade de Coimbra; e, um quarto, formado médico pela Escola Médica do Porto. Sobre este último professor, chamado Claudio Basto, inúmeras informações são fornecidas ao leitor do jornal, com o intuito de, mais uma vez, deixar evidente a fragilidade dos argumentos utilizados por aqueles que desejavam o fim das escolas primárias superiores. Esse professor é apresentado como “alguém que se impõe à consideração não só de nacionais como até dos próprios estrangeiros” (Oliveira in Coque, 1925d, p. 4), sócio do Instituto Internacional de Antropologia de Paris, convidado para reger uma cadeira de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Hamburgo e autor de inúmeros trabalhos, dos quais o *Ensino do Povo* cita alguns relacionados às áreas médica, filológica, estenográfica e literária.

Quanto à frequência dos alunos dessa escola, Carlos Coque apenas informa que havia 37 alunos matriculados no curso diurno e 102 no noturno. Destaque-se, aqui, o expressivo número de alunos matriculados no curso noturno.

⁷ Em 2012, Viana do Castelo contava com uma população residente de 41.426 homens e 46.470 mulheres, totalizando 87.896 habitantes (Portugal, 2013, p. 53). Indicadores: taxa de crescimento efetivo: -0,71; taxa de crescimento natural: -0,19; taxa de crescimento migratório: -0,52; taxa bruta de natalidade: 7,7; taxa bruta de mortalidade: 9,6 (Portugal, 2013, p. 49).

⁸ Este, chamado Jerônimo Monteiro de Andrade, foi professor das Escolas Móveis durante os anos de 1916 a 1919.

Escola Primária Superior de Bragança: a imperiosa presença do poder público local

Bragança é capital do distrito homônimo e está situada na Região Norte e sub-região do Alto Trás-os-Montes. Em 1900, sua população era de 30.513 habitantes. Trinta anos depois, sua população residente somava apenas 29.750 habitantes⁹, devido, principalmente, ao movimento migratório.

A caminho da Escola Primária Superior de Bragança, a delegação do Grêmio passou por Mirandela, para avaliar a situação da escola primária superior nessa vila. A julgar pela pequena nota redigida por Coque na introdução ao relato da visita que a delegação fez à escola de Bragança, pode-se concluir que a “amarga experiência” de Mirandela, nesse campo da educação escolar, não poderia ser tomada como exemplo e, por isso, veiculada pela imprensa. Coque apenas lamenta o estado de abandono dessa escola e o total desprezo da Câmara Municipal por ela. Nada mais. Entretanto, a calorosa recepção que tiveram em Bragança fez com que os membros da delegação rapidamente esquecessem aquela amarga experiência. Acompanhados pelo diretor da Escola, Olímpio Dias, que, mesmo “convalescente dum forte ataque de gripe que o prendera à cama alguns dias” (Coque, 1925f, p. 3), deram início à visita.

A Escola Primária Superior de Bragança estava instalada em um grande edifício, composto por cinco grandes salas e três outras menores. A maior de todas era utilizada para realização de conferências e palestras científicas. Nessa mesma sala, funcionavam, também, a 3ª Classe do Curso Geral e as aulas da Seção Comercial do Curso Noturno. O mobiliário dessa sala era novo. Nas paredes, havia coleções de mapas geográficos e quadros de zoologia e botânica. Em cavaletes feitos na oficina da escola, os trabalhos dos alunos encontravam-se pendurados em permanente exposição. Em uma segunda sala funcionavam: a 1ª Classe do Curso Geral e as aulas do Curso Preparatório da Seção Comercial. Uma terceira destinava-se aos alunos da 2ª Classe. Entretanto, o que mais chamou a atenção, entusiasmou e encantou os membros da delegação foi a sala destinada aos Trabalhos Manuais. Nessa sala, havia “uma sólida bancada com 6 tórnos para trabalhos em ferro, 2 bancos, tipo alemão, para trabalhos em madeira, gavetas com uma coleção

interessante de limas, martelos, serras, serrotes etc. Mais distante, encontrava-se uma mesa para cartonagem e metaloplastia” (Coque, 1925f, p. 3). Havia, ainda: uma biblioteca, composta por 600 volumes, adquiridos graças aos esforços do diretor, Olímpio Dias, e do professor de Trabalhos Manuais, Domingos Vinhas; três gabinetes: um de Física, outro de Zoologia e um terceiro de Mineralogia; e uma sala para modelação. As atividades de modelação e de trabalhos manuais realizados nessa sala estavam sob a responsabilidade do professor Domingos Vinhas, que não fazia seus alunos perder tempo com trabalhos ornamentais – considerados por Coque inúteis e até mesmo ridículos –, mas objetos úteis e interessantes, tais como molduras de madeira e de gesso, estatuetas e desenhos de “fino gosto”, compassos, esquadros, régulas, pequenas estantes para músicas, entre outros (Coque, 1925f, p. 3). Um lindo parque cercava o edifício e, dele, podiam-se avistar as Serras de Espanha, as ruínas da Casa de Bragança e o castelo.

A prova do acerto do programa de ação proposto pelo Grêmio, de criação de cursos noturnos e vespertinos gratuitos para a sobrevivência das escolas primárias superiores, e a de que Bragança queria a sua escola primária superior estava, não na frequência bastante reduzida dos alunos matriculados no curso diurno, mas nos 85 alunos que frequentavam o Curso Noturno (Coque, 1925f, p. 3).

O corpo docente da escola era composto por onze professores, cinco homens e seis mulheres; dois deles, entretanto, eram inativos e aguardavam a aposentadoria. A qualificação profissional desses professores era a seguinte: um bacharel em Engenharia (Escola do Exército), um normalista com várias outras habilitações (Escola Normal do Porto, Escola Industrial de Emílio Navarro, Instituto Nacional de Lisboa, Escola “Infante D. Henrique”), quatro habilitados em cursos do magistério primário, dois normalistas (Escola Normal do Porto) e um bacharel em Medicina.

Escola Primária Superior de Vila Real: exemplo de gestão energética

Vila Real, “a joia de Trás-os-Montes”, é capital do distrito homônimo e está situada na Região Norte e sub-região do Douro. Entre 1920 e 1930, a população da cidade oscilou entre 34.952 e 37.951 habitantes¹⁰. Por ser “uma das mais importantes [e estratégicas] terras do

⁹ Em 2012, Bragança contava com uma população residente de 16.848 homens e 18.135 mulheres, totalizando 34.983 habitantes (Portugal, 2013, p. 53). Indicadores: taxa de crescimento efetivo: -1,33; taxa de crescimento natural: -0,90; taxa de crescimento migratório: -0,43; taxa bruta de natalidade: 5,5; taxa bruta de mortalidade: 14,5; taxa de fecundidade geral: 27,7 (Portugal, 2013, p. 49).

¹⁰ Em 2012, Vila Real contava com uma população residente de 24.534 homens e 26.883 mulheres, totalizando 51.417 habitantes (Portugal, 2013, p. 53). Indicadores: taxa de crescimento efetivo: -0,71; taxa de crescimento natural: -0,16; taxa de crescimento migratório: -0,54; taxa bruta de natalidade: 7,6; taxa bruta de mortalidade: 9,2; taxa de fecundidade geral: 31,0 (Portugal, 2013, p. 49).

Norte do País”, era sede de uma Divisão do Exército. No campo escolar, possuía um Liceu Central, uma Escola Industrial e Comercial, uma escola primária superior e quinze escolas primárias oficiais; e, no da beneficência, um “admirável” hospital, asilos de infância e de inválidos de ambos os sexos, associações de socorros mútuos e duas “exemplares” corporações de bombeiros. As ruas da cidade eram largas e ladeadas por modernos edifícios. Atraía, por isso, muitos visitantes (Coque, 1925e, p. 2).

Uma vez descritos e cantados em versos a cidade e o seu entorno, Coque passa a se concentrar na Escola Primária Superior de Vila Real, cujo patrono era Carvalho Araújo. Inicia, como de praxe, a tecer considerações sobre o gestor da escola, Fausto Ribeiro, “um português de lei, de rija tempera e que só conhece uma fórmula para resolver dificuldades, que é – resolvê-las” (Coque, 1925e, p. 2). Tal diretor teria abraçado entusiasticamente a ideia, lançada pelo Grêmio, da criação de cursos noturnos nas escolas primárias superiores. Abraçou-a “e preparou-se para a executar, sem delongas, sem tibiezas, sem desânimos” (Coque, 1925e, p. 2). Foi ao Porto, visitou estabelecimentos técnicos, adquiriu três máquinas de escrever, comprou livros e pôs a funcionar, sem delongas e em um curto espaço de tempo, um curso de educação doméstica para meninas e outro para rapazes.

A escola fora instalada na parte oriental do edifício dos Paços do Concelho e ocupava nove “vastas e amplas salas”, que já haviam sido utilizadas por um antigo Curso Noturno, cuja frequência chegara a 350 alunos. Possuía boa biblioteca, um bem cuidado mobiliário e material didático, um “magnífico” ginásio e um não menos “magnífico” gabinete de física (Coque, 1925e, p. 3).

Anualmente, a Escola promovia uma festa, na qual eram expostos os trabalhos realizados pelos alunos. Coque registra, ainda, a realização de uma festa, em 1922, de inauguração de um retrato de Carvalho Araújo, patrono da Escola, da qual a população ainda recordava.

A frequência do curso diurno era de 32 alunos, e a do noturno, de 46. Havia, ainda, um curso de educação doméstica, frequentado por 58 alunas. Afora isso, um curso técnico estava sendo preparado para o próximo ano letivo e já contava com todos os aparelhos e utensílios necessários.

À semelhança do que foi dito em relação ao corpo docente e dirigente da Escola Primária Superior de Viana do Castelo, o sucesso da Escola Primária Superior de Vila Real é também creditado à “formidável energia” do seu diretor e à “exemplar e competente” atuação do seu pessoal docente, formado por onze professores: oito homens e três mulheres. Quanto à qualificação profissional desses professores, tem-se: um teólogo e formado em liceu, um bacharel em Medicina e Filosofia (Universidade de

Coimbra), um bacharel em Ciências Naturais (Universidade do Porto), um bacharel em Direito (Universidade de Coimbra), dois normalistas (Escola Normal do Porto e Escola Normal de Lisboa), três habilitados em cursos do magistério primário e dois habilitados em cursos de liceus (Coque, 1925e, p. 3).

No encerramento desse relato de viagem, Carlos Coque reproduz o apelo que o Grêmio fez chegar às mãos do então Diretor Geral da Instrução Pública, no qual é-lhe apresentado um breve relato do que as escolas primárias superiores localizadas no Norte de Portugal vinham realizando em prol da educação popular, sem pedirem nada em troca e com recursos próprios. Em tom jocoso e preconceituoso, tal apelo é finalizado com a apresentação de uma sugestão, a saber: “E assim se vê, claramente, a necessidade da extinção pura e simples de tão perniciosos organismos, enviando-se os seus professores para as colônias portuguesas, em maior atraso, afim de aí ensinarem os pretos” (Coque, 1925e, p. 3).

Considerações finais

Finalizada a investigação, foi possível concluir que a atuação organizada dos professores das escolas primárias superiores – os *men of ideas* (Bobbio, 1997) que estavam à frente do Grêmio dos Professores –, possibilitou a promoção de reformas nesse grau de ensino, em movimento inverso, ou seja, de “baixo para cima”. Tal constatação permite-nos afirmar que nem sempre as reformas políticas são propostas e efetivadas pelos responsáveis diretos pela gestão da coisa pública. Eventualmente, tais reformas podem ser efetivadas por aqueles que, em tese, seriam os principais alvos das mesmas. Foi isso o que aconteceu em Portugal, no que diz respeito às políticas de currículo voltadas ao ensino primário superior.

Antes mesmo de o Ministério da Instrução Pública português ter autorizado, por decreto, a abertura de cursos noturnos e vespertinos onde se pudesse ministrar “o ensino prático de reconhecida utilidade”, para que os professores pudessem completar o número de horas de serviço letivo considerado obrigatório por lei (Decreto 10855, de 17 de junho de 1925), o Grêmio dos Professores de escolas primárias superiores não poupou esforços para pôr em prática tal resolução. Em uma eficiente articulação com diretores de escolas consideradas modelares, o Grêmio visitou várias delas e fez publicar – em periódico especialmente criado para isso, *O Ensino do Povo* – as bem-sucedidas experiências dessas escolas na implantação de cursos noturnos e vespertinos. Assim procedendo, o Grêmio pretendia alcançar, por intermédio do jornal, todas as escolas primárias superiores do país.

A considerar a pequena nota acerca da passagem dos delegados do Grémio por Mirandela, bem como a evidência de que todos os relatos de viagem publicados em *O Ensino do Povo* referiam-se a escolas cujas iniciativas de reforma curricular foram bem-sucedidas, pode-se também concluir que, deliberadamente, Carlos Coque optou por relatar apenas experiências vitoriosas aos leitores do jornal. Experiências que concorriam para a consecução de um dos principais objetivos traçados pela diretoria do Grémio na campanha pela sobrevivência das escolas primárias superiores, qual seja, o de fazer minar as bases em que se assentavam as críticas feitas a tais escolas: a carência de formação profissional qualificada do seu pessoal docente e o diminuto número de alunos nelas matriculados. Estratégia acionada: dar visibilidade apenas às escolas que, do ponto de vista dos diretores do Grémio, tinham algo a oferecer aos leitores do jornal, no que diz respeito ao programa de ação traçado pelo Grémio, tendo em vista a sobrevivência das escolas primárias superiores.

Por fim, cumpre destacar o silêncio, quase ensurdecador, daqueles que, em tese, seriam os principais beneficiados com a manutenção das escolas primárias superiores: os filhos do “povo”, ou seja, a clientela para a qual tal instituição escolar fora pensada no apagar das luzes da monarquia portuguesa e uma das primeiras a ser criada, uma vez proclamada a república em Portugal. Essas vozes são sempre presumidas, jamais ouvidas. Em nome do povo, sim, mas sem jamais perder de vista os interesses materiais do professorado primário de terceiro grau, notadamente no que diz respeito à manutenção do próprio emprego e a preservação de uma ilibada imagem.

Referências

- BOBBIO, N. 1997. *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo, Editora da UNESP, 187 p.
- CABRAL, O. 1925a. A alegria e o orgulho da vitória. *O Ensino do Povo*. Porto, n.º 3, 1º abr., p. 6.
- CABRAL, O. 1925b. Conferências públicas. *O Ensino do Povo*. Porto, n.º 13, 1º set., p. 6.
- CABRAL, O. 1925c. O Ensino oficial e a iniciativa particular. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 14, 15 set., p. 6.
- COQUE, C. 1925a. Peregrinações – I. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 1, 1º mar., p. 2-3.
- COQUE, C. 1925b. Peregrinações – II. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 2, 15 mar., p. 6-7.
- COQUE, C. 1925c. Peregrinações – III. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 3, 1º abr., p. 2-3.
- COQUE, C. 1925d. Peregrinações – IV. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 4, 15 abr., p. 3-4.
- COQUE, C. 1925e. Peregrinações – VI. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 7, 1º jun., p. 2-4.
- COQUE, C. 1925f. Peregrinações – VII. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 8, 15 jun., p. 3-4.
- CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. 2007. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, 35:255-272.
- DAVID, J.P.S. 1925. Escola primária superior de António Nobre do Porto. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 10, 15 jul., p. 5-8.
- GRAMSCI, A. 1978. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 444 p.
- LEMOS, A.V. 1925. Escolas primárias superiores: trabalhos manuais. *O Ensino do Povo*. Porto, ano I, n.º 1, 1º mar., p. 3-5.
- O ENSINO DO POVO. 1925. *Quinzenário consagrado aos interesses do ensino primário superior*. Porto, Tipografia da Companhia Portuguesa Editora Ltda., ano I, 1º mar. a 15 set.
- PORTUGAL. 2013. *Anuário Estatístico da Região Norte 2012*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- SERRA, A.E. 2010. *As Associações de Alunos das Escolas Normais do Brasil e de Portugal: Apropriação e Representação (1906-1927)*. Marília, SP. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, 290 p. <http://dx.doi.org/10.5016/dt000617879>

Submetido: 26/05/2015
Aceito: 03/01/2016